

A subjetividade operária no fazer-se classe

REIS FILHO, Milton Melo dos¹
Faculdade Maurício de Nassau

Resumo

Este estudo é parte de minha tese de doutoramento intitulada “Memória do Operariado Amazonense: a festa como constructo e reinvenção da subjetividade operária”, defendida em 2013, no Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, em Manaus. Trata de questões pertinentes acerca da subjetividade operária no fazer-se classe, anuncia uma década dourada da luta classista no Polo Industrial de Manaus, momento em que os novos personagens entram em cena para protagonizar em favor de seus sonhos e utopias, em um contexto marcado por contradições e transgressões no cenário político, econômico e social. O viés metodológico cumpre rigorosamente a história oral, no sentido de priorizar dar vez e voz aos sujeitos que de forma direta ou indireta fizeram história na década de 1980.

Palavras-Chave: Subjetividade Operária, o Fazer-se Classe, Sindicalismo.

Abstract

This study is part of my PhD thesis titled "Memoria do Operariado Amazonense: festa as a construct and reinvention of worker subjectivity", defended in 2013, in the Postgraduate Program in Society and Culture in the Amazon of the Federal University of Amazonas in Manaus . It deals with pertinent questions about worker subjectivity in becoming a class, announcing a golden decade of class struggle in the Industrial Pole of Manaus, at which time the new characters enter the scene to lead in favor of their dreams and utopias, in a marked context By contradictions and transgressions in the political, economic and social scenario. The methodological bias strictly complies with oral history, in the sense of prioritizing give and give voice to the subjects that directly or indirectly made history in the 1980s.

Keywords: Worker Subjectivity, the Make-up Class, Trade Unionism

Este estudo deixa claro que os anos de 1980 representaram a década de expressão do operariado amazonense. Sem medir as consequências os trabalhadores filiados à sua entidade sindical procuravam se posicionar contra os baixos salários e pelo direito de greve, na defesa da negociação direta com os patrões e pela autonomia e liberdade sindical. Trouxeram para a esfera sindical amplos contingentes de operários que até então pareciam adormecidos, agora expressando um forte sentimento oposicionista frente ao regime militar. Emergia a subjetividade operária no fazer-se classe.

¹Professor doutor da Faculdade Maurício de Nassau – Uninassau (Unidade Manaus) e da Secretaria Municipal de Educação – Semed/Manaus. Pesquisador do Grupo de Estudo, Pesquisa e Observatório Social: Gênero, Política e Poder vinculado ao Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas e CNPq. (E-mail: melomilton@ig.com.br).

As diferentes formas de expressão de suas subjetividades denotavam a construção de suas identidades coletivas enquanto classe social. A condição identitária sempre se colocou como questão de fundo para as classes trabalhadoras: eram atores e sujeitos a procura de suas identidades coletivas como forma de obterem um espaço de intervenção na esfera pública. A consciência adquirida nas formações auxiliou no processo de luta dos trabalhadores no Amazonas. Ser militante na clandestinidade impunha regras difíceis de militância. Os trabalhadores criavam as próprias estratégias tentando despistar o poder fabril. Passaram a se reunir em torno da Bíblia como estratégia para esconder dos patrões seus reais interesses que era a organização sindical.

Até o estilo próprio de vestir era escolhido pela fábrica e, se houvesse transgressão às normas estabelecidas, no dia seguinte era demitido. Muitas vezes os trabalhadores se valiam de outros mecanismos que o patrão também usava. Passaram a se infiltrar nos times de futebol, os católicos formados pela Pastoral Operária se reuniam em grupos para fingir que liam a Bíblia, na verdade era uma estratégia de disfarce. Eles abriam a Bíblia recheada de panfletinhos em cada página. Esse material convocava os trabalhadores para as assembleias. O conteúdo dos panfletinhos era diverso. Na verdade o teor sempre anunciava uma assembleia ou uma reunião no sindicato.

Este foi o trabalho valioso da Pastoral Operária. O mérito desta Organização é incontestável, por meio dela os operários alcançaram um nível de consciência incomensurável, culminando com a criação da Oposição Puxirum originada no interior da Pastoral Operária.

Havia grupo de trabalhadores que não era vinculado à Pastoral Operária nem a partido político. O grupo do Simão Pessoa² é um exemplo disso. Era um grupo de dentro da fábrica ligado aos patrões porque Simão era supervisor de linha. Os trabalhadores consideravam-no suspeito. Por isso tinha que ter muito cuidado, as pessoas ficavam temerosas porque nem todos se conheciam. “Era uma coisa muito maluca quando se virava militante. Eu, pelo menos, cansei de abençoar os meus filhos porque imaginava que nunca mais ia vê-los. Mas a gente sabia que tinha que fazer aquilo [Choro]. Ser operário nessa época era ter consciência” (Luzarina Varela, entrevista/2011).

Essa narrativa elucida o compromisso e a seriedade com que os operários encaravam a luta. O desafio foi o exercício contínuo e incansável dos operários que se forjavam como sujeito político em meio à depreciação moral e até xingamentos por parte dos patrões.

²Simão Pessoa pertencia ao grupo de pessoas ligadas à gerência porque exercia a função de supervisor de linha de produção.

A entrada em cena dos trabalhadores na política reivindicativa no final da década de 70 representou a voz dos brasileiros excluídos e aviltados que clamavam por direitos básicos como moradia, melhorias salariais e por justiça social. Os trabalhadores e depois os novos movimentos sociais, ou seja, os novos sujeitos e lideranças que passaram a integrar a luta de classe nos anos 1980 interferiram com eficácia no processo de transição política do país. A luta sindical contabilizou grandes ganhos e contribuiu para a ampliação das conquistas democráticas que o povo tanto aspirava. Na extensão desta análise Rodrigues (1991, p. 153) salienta que,

É esse processo que traz para o sindicalismo – quando dos acontecimentos de 1978 – duas vertentes distintas que no caminho se encontram: o padrão de ação dos sindicalistas de São Bernardo e a prática de organização pela base dos militantes da oposição sindical metalúrgica de São Paulo. Esses respectivos aspectos explicam a sensibilidade que esses segmentos operários tiveram diante da criatividade dos trabalhadores no momento da eclosão das greves.

As concepções desses dois movimentos e suas práticas sindicais criaram as condições para o aparecimento de um novo tipo de ação sindical, conhecido inicialmente como novo sindicalismo, em contraposição àquele modelo vigente no período anterior a 64. Essa nova práxis mostrou, em larga medida, sua eficácia na ação dos trabalhadores pós-78 e se instalou na origem do surgimento da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Trata-se do período de transição política momento em que é alargada a participação social, com a participação dos novos movimentos sociais.

Rodrigues (1974) revela que o operariado brasileiro fora formado por duas correntes culturais constitutivas: o operário europeu e o imigrante rural nacional, nas quais vicejaram dois tipos de orientação, uma libertária e outra pragmática. A corrente acentuada de imigrante e o predomínio de ideologias socialistas e anarquistas entre esses vários imigrantes teriam deixado suas marcas até os anos 1920, num tipo de sindicalismo livre, de ação direta, que distanciava o movimento operário tanto do Estado quanto das burocracias sindicais, ao contrário do tipo de ideologia, também de raiz européia mas, minoritária, que enfatizava o *business union*.

Esses trabalhadores não tinham consciência da gravidade de sua exploração. Foi no campo da luta de classe que construíram seus caminhos, deixando um legado de experiências às gerações futuras. Luzarina revela já ter consciência do quanto que ela foi explorada. Em sua fala lembrava o livro “Fé e Política” de Dom Evaristo Arns que havia lido. Neste livro,

observou que haviam uns desenhos de um bando de operários entrando numa fábrica e umas ovelhas entrando no matadouro. Esta metáfora contribuiu para despertar sua consciência frente à exploração.

Reverendo a ação e a consciência política do operariado brasileiro, é possível que tenha havido uma inversão de sua tendência histórica de classe para si nos anos 1910 e 1920 a qual teria regredido para classe em si ancorada na acomodação³. Marx e Engels (1987) reconhecem que o objeto real conserva sua independência fora da consciência, mas a consciência, em um primeiro momento, não é independente de um objeto real. Sendo assim, o que vem antes da consciência caracteriza-se como algo em si, um objeto que existe independentemente dela, independentemente da sua existência particular. É o que Lukács (1968) chama de ser em si. A partir de então, o que é produzido ou apropriado pelo sujeito é algo que foi tomado para si, um elemento novo na realidade, resultado da ação consciente, mas criado a partir de elementos anteriores. Essa ideia, que revela a condição da consciência como reprodutora e produtora da realidade, parece estar resumida na clássica frase proferida por Marx (2003) de que os homens fazem a história, mas não nas condições em que desejam.

Esses fatores são agrupados por Rodrigues (1974, p. 120) em três dimensões: a primeira: socioculturais por implicar a origem predominantemente rural ou pelo menos interiorana⁴ do operário fazendo com que ele encarasse sua mudança para os grandes centros industriais do país como um processo de ascensão social. No caso dos nativos da Amazônia, “morar na cidade significava assumir o *status* do homem, branco, devendo, pois, pagar impostos e submeter-se às obrigações e às normas da sociedade urbana” (TORRES, 2005, p. 117). A segunda: político-sociais, reforça as mesmas origens já mencionadas do proletariado brasileiro e fazem com que o ambiente patronal condicione padrões de conduta em que ele costuma ver a figura do patrão como “grande pai” ou “grande chefe”. A terceira: institucionais, consiste em práticas em que as vantagens da CLT procederam a um esvaziamento das reivindicações político-sindicais empreendidas, sobretudo, pelo movimento sindical resultando em acomodação, mesmo que este buscasse assumir o papel de fiscalizador da aplicação das leis trabalhistas e previdenciárias. É sabido que desde a criação do Imposto Sindical, os sindicatos desempenham, também, funções que não são propriamente de

3Lembramos que ideia do “em si” e do “para si” é tomada de Hegel por Marx e Engels. Não é o caso de nos aprofundarmos na questão, mas é crucial entender que o marxismo abstrai de Hegel a noção de processualidade, quer dizer, o “para si” representa um avanço em relação ao “em si”. Trata-se de um movimento operado pela consciência, uma apropriação daquilo que estava posto para transformar a realidade concreta. Mas diferentemente de Hegel, Marx e Engels veem um ilimitado movimento da consciência, que não esbarra em uma racionalidade imanente, como queria Hegel. Para aprofundar essa questão ver Marx (2005; 1987) e Marx e Engels (1987).

4O termo “interiorano” é cunhado por Torres em *As Novas Amazônidas* (2005), para explicar a origem do homem amazônico e sua convivência no ambiente citadino.

representação de classe. Tornaram-se, em larga escala, entidades assistenciais, integradoras junto à massa de trabalhadores.

A desestruturação do movimento sindical, segundo Chaia (1992), data desde o golpe de 1964. Essa situação afetou o funcionamento e a organização do DIEESE⁵ (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos), que já estava combalido. Nessa época, este órgão foi desativado em consequência do fechamento do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo onde funcionava a sua sede. O golpe de 64 “veio recolocar de maneira mais exata - dentro de seus marcos legais – o movimento sindical, diminuindo a área de atuação de seus dirigentes” (CHAIA, 1992, p. 96). O esforço do governo, pós 64, seria de consertar os esforços anteriores. A ação da ordem autoritária não mais visava diretamente o sindicalismo mas os rumos que havia adquirido nos anos anteriores, que o encaminhava para a Unidade Sindical (CGT) – Comando Geral dos Trabalhadores e para a construção de uma força política. Essa época é analisada pelo autor nos seguintes termos:

O movimento sindical dos anos 50 foi desbaratado e substituído por um sindicalismo de intervenção claramente submisso [...]. Abate-se sobre o movimento uma dupla repressão, judicial e burocrática legal. ‘A coação policial, efetiva ou potencial, reforçou e deu maior eficácia e respeito burocrático-legal’. Esta exerceu-se pelo cumprimento de uma legislação trabalhista, que herdada dos anos da ditadura varguista, cerceava liberdade e a autonomia sindicais e consagrava múltiplos mecanismos de subordinação por sindicatos ao Ministério do Trabalho (CHAIA, 1992, p. 96).

A constituição de uma identidade cultural e social que fundamenta a condição de classe depende, obviamente, dos padrões culturais e dos elementos constitutivos da classe operária. É ao mesmo tempo um processo condicionado e determinado pelas estruturas econômicas e políticas em desenvolvimento, como salientou Viana (1978) ao tecer críticas muito pertinentes a este tipo de corrente interpretativa, tanto de ordem teórico-metodológica quanto de ordem empírica⁶. Teoricamente, ao atribuir à origem rural dos novos contingentes de trabalhadores uma limitada capacidade cognitiva, essa interpretação se restringe às

5De acordo com informações fornecidas pelo Escritório Regional do DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) em Manaus, este Órgão nasceu em 22 de dezembro de 1955, pelas mãos do movimento sindical para quem construiu pesquisas, assessorou negociações salariais e fez formação sindical. Sua criação partiu de 20 dirigentes sindicais de São Paulo, entre os quais estavam: Salvador Romano Losacco (primeiro presidente - Período: 1956 a 1958), José de Araújo Plácido, José Freitas Nobre, Lauro Porta, Joaquim Tavares, Emygdio Mammocci, Josué Antônio Simas, Sebastião Alves de Aguiar, Salvador Rodrigues, Manoel Lourenço, Cnéo Dantas, Murillo Pinheiro, Nivaldo Fonseca, Gabriel Grecco, Pedro Gilardi Filho, José Antônio Ribeiro, José Fernandes Branco, Antonio Vieira, Bernardino Fischetti. Atualmente existe uma sede em Manaus (Escritório Regional), funcionando na Rua Duque de Caxias, 958 – Praça 14 de Janeiro – CEP 69020-141, telefone (92) 3631-0759 – Ramal 202 – Supervisora Técnica Sra. Alessandra de Moura Cadamuro (cf. <http://www.dieese.org.br/>).

6Referimo-nos ao modo como Viana (1978) tece suas críticas em relação à corrente interpretativa que explica a identidade cultural e social da classe operária. Para ele, no culturalismo, existe um interesse preponderante pela cultura e as lutas conscientes, mas se relacioná-las com as estruturas nas quais estão contidas.

motivações individualistas e preconceituosas, desconhecendo fatores estruturais como a formação do capitalismo no país, a formação do Estado, o embate entre as classes, as instituições legais que regulam o mercado de trabalho e as culturas autóctones.

Mais do que isso, é um processo cuja direção e conteúdos estão, decisivamente, dados por um segmento dirigente que cria, recria e reinventa a subjetividade operária. É neste terreno concreto e prático que se formam interesses reais e contraditórios, ou seja, interesses que, explícitos ou não, podem ser enfrentados, negociados ou defendidos. Sobretudo, é no terreno da política e da ideologia que a história é feita (WEFFORT, 1972).

A subjetividade operária no Polo Industrial de Manaus é externada em meio às experimentações da luta e ousadia de um operariado que apostava nas mudanças estruturais. Este processo de ousadia nos enfrentamentos contribuiu fortemente para o amadurecimento da consciência e da luta de classe no meio fabril.

O fator crucial para o entendimento do processo de transformação dos trabalhadores em classe, segundo Thompson (1987), não foram as condições objetivas externas ou estruturais do capitalismo industrial, mas a própria experiência e ação coletiva dos grupos de trabalhadores. Estes a partir dessa tomada de consciência “em sua maioria vieram a sentir uma identidade de interesses entre si e contra seus dirigentes e empregadores” (THOMPSON, 1987, p. 12). De acordo com esse pensador, essa identidade foi penosamente construída a partir das bases fundamentais da tradição da sociedade inglesa, ou seja, da economia moral e do ideal do inglês livre por nascimento.

Sua tese central é a de que a continuidade, em nível cultural ideológico, da experiência contestatória dos trabalhadores ingleses entre 1790 e 1832, vista como um processo de construção de consciência clã de classe, cujo ápice é atingido por volta de 1832 (THOMPSON, 1987). Esse foi o problema central de suas inquietações. “Transpor o limiar de 1832 para 1833 é entrar num mundo onde a presença operária pode ser sentida em todos os condados da Inglaterra e na maioria dos âmbitos da vida. Nesse momento, a classe operária não está mais no seu fazer-se, mas já foi feita” (THOMPSON, 1987, p. 411).

Thompson revela que desde o antigo radicalismo jacobino no início dos anos 1790, passando pelo *luddismo* de 1811-1813, o levante de Pentridge de 1817, Peterloo em 1819, a Revolta de *Cato Street* em 1820, até os dias de maio de 1832 (A Crise da Lei da Reforma), há continuidade das experiências subjetivas dos trabalhadores, que resulta na efetivação histórica da consciência de classe. A transcendência passou a mover o trabalhador na sua subjetividade num processo eclético e dinâmico do fazer-se classe.

No Amazonas essa tomada de consciência passou por um processo longo e árduo de preparação dos trabalhadores. Esses trabalhadores escreveram a sua própria história. Uma história de resistência e luta pelo reconhecimento de sua classe que buscamos reescrevê-la ancorada na historiografia thompsoniana para compreendermos o quadro de opressão vivido pelos trabalhadores que protagonizaram a luta classista no Amazonas.

Em seus escritos encontramos com frequência a rica explicação das distinções, especificidades e diferenças do modo de vida que compunham o quadro contextual dos trabalhadores da época. O termo artesão, por exemplo, ocultava as grandes diferenças entre as categorias desde o próspero mestre de ofício, que encontrava empregados por sua própria conta, independentemente de outros mestres, até trabalhadores obrigados a viver em sótãos (THOMPSON, 1987). Ou ainda no caso da imagem de Londres da época que causa estranhamento a Thompson, como podemos perceber ao relatar sua passagem pelos bairros dos trabalhadores qualificados, no extremo oeste. “Nos bairros dos operários não qualificados na região leste de Londres, as mudanças em termos morais e intelectuais é tão grande que temos a impressão de estarmos em outro país, entre outra raça” (THOMPSON, 1987, p. 80).

A tese da continuidade que articula, por um lado, as experiências de ação-coletiva dos trabalhadores focalizados por Thompson, e aqueles que emergem nos anos subsequentes, tendo como base social o operariado industrial do mundo fabril, não encontra respaldo no próprio trabalho do autor. Isto porque, para esse pensador, trata-se de duas fases distintas de solidariedade. A primeira, concernente ao sistema de solidariedade sobre o qual apoiava-se a ação coletiva de tom radical, era de natureza comunal. Na segunda, o sistema de solidariedade baseava-se no interesse de ganhos palpáveis num contexto de economia de mercado e sólidas organizações burocratizadas de representação. Nesse momento as relações de exploração capital-trabalho adquiriram nitidez suficiente para servir como divisor de classes.

O mesmo processo ocorreu com a ação coletiva dos trabalhadores no Polo Industrial de Manaus. As grandes mobilizações operárias no PIM colocaram em cena os trabalhadores cujos interesses voltavam-se fundamentalmente para a defesa de direitos, do mesmo modo que os direitos e deveres relacionados à economia moral e ao ideal constitucionalista do inglês livre tentou consolidar-se na classe social inglesa. O *luddismo*, por exemplo, é visto por Thompson (1987), como um momento de conflito de transição porque representa também um conceito político de alcance a todos os que se opõem ao desenvolvimento tecnológico. Mas perdeu força com a organização dos primeiros sindicatos na Inglaterra, as chamadas *trade*

unions. “O antagonismo é aceito como intrínseco às relações de produção. O trabalhador tornou-se um instrumento ou uma cifra, entre outras, no custo”. (THOMPSON, 1987, p. 28).

É assim que percebemos a militância dos trabalhadores amazonenses. A ação coletiva desses sujeitos sociais tem como base um tipo de solidariedade genuinamente de classe, ou seja, a identidade de interesses transpassada pela relação de exploração entre capital e trabalho, que eles vivenciam na experiência vivida no trabalho industrial e não os laços comunais que integram indivíduos com a comunidade local ou com a sua corporação profissional.

Os estudos de Thompson indicam o amadurecimento de uma consciência de classe, de 1830 em diante no sentido marxista tradicional, “mais claramente definida, com a qual os trabalhadores estavam cientes de prosseguir por conta própria em lutas antigas e novas” (THOMPSON, 1987, p. 304). No Amazonas, os estudos thompsonianos têm seu lugar de primazia nas pesquisas acadêmicas⁷. São sob esses aportes que homens e mulheres passam a experimentar novos espaços e adquirir substâncias no âmbito da luta classista.

Mourão (2006, p. 67-68) lembra que o trabalhador passa a ser mobilizado por meio de projetos de empresa, de valores e representações partilhados na cultura de organização. Trata-se das “relações sociais mais consensuais que acabam por constituir uma atitude de pacificação social que ‘empresta sentimentos’ que, se outrora serviam para a unificação de classe, hoje são utilizados para a dissolução do caráter classista das relações”. E acrescenta: “[...] o sindicato prioriza projetos conciliatórios, nos quais não se coloca questões de luta de classe no capitalismo, apontando para negociações dentro da ordem preestabelecida” (IBIDEM, p. 68).

Essas condições são estruturadas institucionalmente mas encontram respaldo nas práticas culturais concretas e em identidades sociais diversas. Condições que vão da posição dos diversos tipos de trabalhadores no mercado de trabalho à forma particular da gestão empresarial da força de trabalho em cada indústria. São essas condições, além de outras situações contingentes, que determinam, como apontam Almeida (1978) e Humphrey (1979), o movimento operário.

O moderno operário regional, segundo Oliveira (1987), não chega a se tornar uma classe-para-si posto que nunca conseguiu ser uma classe-para-outros. Isto é, não haveria lugar para uma identidade operária socialmente constituída e compartilhada quando falta à moderna classe operária “o Outro”, o inimigo de classe no qual os trabalhadores se re-conheceriam. Os

⁷Ver a esse respeito livros de Maria Luiza Ugarte Pinheiro (2003); Iraildes Caldas Torres (2005), Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro (1998); Patrícia Maria Melo Sampaio (1994) e Milton Melo dos Reis Filho (2013).

estudos de Pinheiro (2003) revelam não existir dúvidas em relação à afirmação de que no Amazonas, são raros os sinais da presença do movimento operário no início do século XX e, sugere que essa afirmação seja relativizada sob pena de tirar-se dela conclusões precipitadas. Essa ausência de sinais, como define a autora, certamente poderia estar ligada a uma insignificância numérica dos próprios trabalhadores urbanos de Manaus. “Sem fábricas e indústrias, sem uma burguesia industrial e um proletariado fabril, as contradições sociais seriam ainda mediadas pelo velho modelo paternalista das oligarquias” (PINHEIRO, 2003, p. 139). O desenvolvimento do capitalismo periférico não foi suficiente para “romper os cânones anteriores” (IBIDEM, p. 139).

Os estudos de Oliveira (1987) apontam algumas razões para o fato de que não se tenha constituído modernamente uma identidade de classe. Para ilustrar esse cenário, o autor exemplifica os operários da Bahia e apóia-se na tese da formação de uma aristocracia operária. Oliveira argumenta que os trabalhadores da indústria de petróleo recebiam salários muito acima dos demais trabalhadores regionais e isso resultou na ausência de uma consciência de classe operária entre eles. Explicita o caso da Bahia antiga, onde as classes não se formaram porque lá foi fraco o desenvolvimento capitalista e não se formam atualmente porque com a sociedade de massas desapareceram “os sujeitos históricos de classe”. Em seu lugar, e impedindo a constituição da identidade de classe, foi construído durante anos o discurso da baianidade.

Foi justamente na Bahia onde o processo de formação da identidade negra mais avançou e deixou uma herança mais consistente. Lá, mais que em qualquer outra parte do Brasil, os negros encontraram sua identidade de oprimidos e de explorados num tipo de expressão religiosa que, passada a escravidão, continuou a moldar a subjetividade popular. O aspecto político da baianidade, portanto, é marcado pela cor preta e pelos credos de matriz africana, cujo traço de revolta e de desobediência não pode ser facilmente descartado.

O candomblé flutua entre a revolta e a acomodação da mesma forma que a política dos poderosos em relação à religião afro flutuou entre a repressão e a concessão. Uma zona de indefinição caracteriza exatamente o que se convencionou chamar de resistência. O candomblé sempre foi um organismo privilegiado de resistência na medida em que seus seguidores assimilaram revoltas escravas, criando os mais eficazes mecanismos de negociação entre os negros pobres e brancos, ricos e remediados.

Os estudos de Bauman (2008) revelam uma verdadeira explosão discursiva em torno do conceito de identidade. De acordo com suas palavras,

parece que, em nossos dias, nenhum outro aspecto da vida contemporânea atraiu a mesma quantidade de atenção de filósofos, cientistas sociais e psicólogos. Não se trata apenas de um estudo de os ‘estudos de identidade’ estarem se tornando uma indústria florescente por direito próprio; mais do que isso, podemos dizer que a ‘identidade’ agora se tornou um prisma, através do qual outros aspectos tópicos da vida contemporânea são localizados, agarrados e examinados (BAUMAN, 2008, p. 178).

Nos dias atuais tudo mudou em relação à construção identitária do operariado amazonense. Seus elementos constitutivos são substituídos por outros instrumentos. As análises sociais estão sendo desmontadas e renovadas para se adaptarem a outro discurso que agora gira em torno do eixo da identidade. Na sociedade contemporânea a visão da externalidade é cada vez mais predominante. Há uma visão de que o trabalhador não faz diferença alguma. Tudo existe ao seu entorno, mas independente dele. O velho conceito de que é possível mudar os problemas existentes, ou de que as coisas estão erradas, está se perdendo. Há um certo conformismo, às vezes parece denotar a perda da esperança, da utopia que embala os sonhos nos distintos períodos históricos.

Se o desenvolvimento capitalista é desigual e excludente, criando abruptas diferenças entre as regiões e as classes, a busca da especificidade regional da formação das classes e da classe trabalhadora em particular, não deve se reduzir apenas a afirmar a singularidade do particular. Deve, antes, indicar como os determinantes gerais que afetam o movimento de toda a formação social, ganharam concretude através de fatores que possibilitam e condicionam as expressões regionais.

As modificações no nível da estrutura de classe operária brasileira foram acompanhadas, a partir de 1974, por uma importante renovação das práticas sindicais.

É nesse momento que se situa o ponto de ruptura com a tradição do sindicalismo populista, controlado desde 1930 pelo Ministério do Trabalho, fortemente centralizado e instrumentalizado pelo governo. As lutas para obtenção de aumentos salariais, desde 1977, abrem caminhos para novas reivindicações por parte dos metalúrgicos de São Bernardo, que questionam não apenas a intensidade e a natureza das formas de dominação e de exploração às quais estavam submetidos, mas também a dependência da estrutura sindical ao Estado.

Após o Golpe de Estado de 1964, o movimento operário fora submetido à forte repressão. Os sindicatos, colocados sob a tutela do Ministério do Trabalho, tiveram que enfrentar uma política de bloqueio de salários, a perda de estabilidade no emprego e a imposição de rotinas de trabalho e disciplina fortemente rígida.

As marcas desse tempo ficaram na memória de homens e de mulheres trabalhadores do Polo Industrial de Manaus, em suas trajetórias de vida e de trabalho. Esses trabalhadores aguerridos vivenciaram um regime que teve seus efeitos na linha de montagem quando os operários passaram a receber o controle incisivo de seus supervisores e patrões. Nunca é demais lembrar, que para tentar equilibrar os conflitos no campo do trabalho sob a forte pressão da disciplina, do bloqueio de salários e da imposição de rotinas excessivas e duramente postas ao trabalhador, foi extremamente relevante o papel dos sindicatos. Esse momento foi aplaudido pela sociedade amazonense e pelos segmentos que confiaram na resistência dos trabalhadores.

Referências

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. **Desarrollo capitalista y acción sindical**, Revista Mexicana de Sociologia, abril/junho, vol.XL, n.02, 1978.

BAUMAN, Zigmunt, 1925. **A Sociedade individualizada: vidas contadas e histórias vividas** / Zygmunt Bauman; tradução José Gradel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

CHAIA, Miguel Wady, 1947. **Intelectuais e Sindicalistas: a experiência do DIEESE, 1955-1990** / Miguel Wady Chaia. Ibitinga/SP: Humanidades, 1992.

HUMPHREY, John. Operários **na Indústria Automobilística do Brasil**. São Paulo: Estudos CEBRAP/Vozes, 1979.

LUKÁCS, G. **As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem**. (Trad. Carlos Nelson Coutinho). Viena: Congresso Filosófico Mundial, 1968.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A crítica sob a perspectiva do comerciante de Mistérios, ou a crítica personificada por Szeliga**. In: A Sagrada Família. São Paulo: Editora Moraes, 1987.

MARX, Karl. **As teses sobre Feuerbach. A ideologia Alemã**. 6. ed. São Paulo: 1987.

MARX, Karl. **O 18º Brumário de Louis Bonaparte**. (2ª Ed.) Lisboa: Avante, 2003.

MOURÃO, Arminda Rachel Botelho. **A fábrica como espaço educativo**. In: Arminda Rachel Botelho Mourão (Org.). São Paulo: Scortecci, 2006.

OLIVEIRA, Francisco de. **O elo perdido - Classe e identidade de classe**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. **Nos Subterrâneos da Revolta: trajetórias, lutas e tensões na Cabanagem (Tese de Doutorado)**. São Paulo: PUC, 1998.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **A cidade sobre os ombros: trabalho e conflito no Porto de Manaus (1889-1925)**. 2. Ed. Manaus: Edições: Governo do Estado do Amazonas, 2003.

_____. **A Imprensa Operária no Amazonas, 1891-1920**. In: ANPUH - XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – João Pessoa, 2003.

REIS FILHO, Milton Melo dos. **A Saga dos Operários em Manaus**. Manaus: Edua, 2013.

RODRIGUES, José Albertino. **Movimento Sindical e Situação da Classe Operária**. Rev. Debate e Crítica, S. Paulo, nº 2: 98-111, jun. de 1974.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Partidos e Sindicatos**. São Paulo: Ática, 1991.

SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. **Os Fios de Ariadne: tipologia de fortunas e hierarquias sociais em Manaus, 1840 – 1880** (Dissertação Mestrado). Rio de Janeiro: UFF, 1994.

THOMPSON, E. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa, (Vol. I – A Árvore da Liberdade)** / E. P Thompson. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **A Formação da Classe Operária Inglesa, (Vol. II – A Maldição de Adão)** / E. P. Thompson. Tradução de Renato Busato Neto, Claudia Rocha de Almeida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **A Formação da Classe Operária Inglesa, (Vol. III – A força dos trabalhadores)** / E. P Thompson. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **As Novas Amazônidas**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2005.

VIANNA, Luiz Werneck. **Questões Atuais sobre sindicalismo**. Ensaio, Ano II, n. 04. São Paulo: CEBRAP, 1978.

WEFFORT, Francisco. **Participação em Conflito Industrial**. Ensaio. Caderno n. 06. São Paulo: CEBRAP, 1972.